

Estratégias de conservação para as espécies ameaçadas de extinção no Brasil - Resumo

Gláucia Moreira Drummond
Fundação Biodiversitas

O Brasil, a exemplo dos demais países tropicais, enfrenta um duplo desafio: proteger parte significativa do patrimônio biológico mundial do qual é detentor e ao mesmo tempo gerar as informações técnico-científicas necessárias para realizar essa ação. Outro fato agravante nesse sentido é o acelerado ritmo de crescimento de sua população e o modelo de desenvolvimento econômico adotado no país, provocando modificações profundas em grandes extensões de áreas naturais. A maioria delas traduzida em perda de habitats chave para um grande número de espécies. Estima-se hoje que uma parcela significativa do patrimônio biológico do país é perdida sem que seja conhecida. Para se ter uma idéia desse potencial de riqueza biológica, em um período de 17 anos (entre 1978 e 1995) foram descritas no Brasil 7.320 espécies de animais metazoários (Lewinsohn & Prado, 2002 in Machado *et al.*, 2005).

Uma das estratégias básicas para a avaliação do status de conservação das espécies é a elaboração das listas vermelhas. Mundialmente utilizadas, essas listas, têm o objetivo de alertar sobre a perda da biodiversidade e orientar medidas de proteção às espécies. Se elaboradas com critérios científicos, claros e bem definidos, permitem avaliar, ao longo do tempo, o comportamento das espécies frente às mudanças ambientais.

No Brasil, a elaboração das listas vermelhas teve início na década de 70, quando foram publicadas as espécies (86) da fauna sob risco de extinção através da Portaria 3481-DN 31.05.1973. Atualizada em 1989 (Portaria 1522 do IBAMA), passou a contar com 207 táxons entre invertebrados e vertebrados. Posteriormente foram incluídas a essa lista, através de portarias adicionais, outras 11 espécies. Em 2002 foi realizada a última revisão da lista da fauna nacional ameaçada de extinção, contabilizando um total de 633 espécies, entre extintas e ameaçadas. Já para as espécies da flora, a revisão da lista oficial – Portaria 37-N de 03/4/92, acaba de ser concluída, devendo ser publicada ainda em 2005. Segundo o *Workshop de* revisão da lista da flora, realizado pela Fundação Biodiversitas em junho de 2005, o número de espécies vegetais ameaçadas é de 1538 espécies.

Percebe-se assim, que até então as listas não tiveram uma periodicidade marcada, o que vai contra o esforço de monitoramento das populações das espécies uma vez em risco. Por outro lado, ao contrário das listas do final da década de 80, início de 90, que eram elaboradas por um grupo restrito de especialistas, revelando assim, uma realidade apenas parcial do status de conservação das espécies, as listas atuais são mais abrangentes. Isso quer dizer que um maior número de pesquisadores vem sendo convidado, e se sentindo interessados, em contribuir com suas últimas revisões; além de um maior número de grupos que vêm sendo avaliados.

Ainda assim, uma das grandes dificuldades encontradas para a elaboração de tais listas no Brasil, segundo apontado pelos participantes dos processos de revisão, é a carência de conhecimentos mais amplos sobre um grande percentual de espécies. No entanto, para se precaver de que as dificuldades sobreponham a importância das listas, defende-se a utilização do conhecimento atual das espécies, mesmo que esse reflita possíveis lacunas quando da aplicação dos critérios de avaliação.

Assim, o primeiro passo em direção a definição das estratégias de conservação das espécies ameaçadas é a formação de uma base de dados sobre as espécies que reúna informações sobre suas populações, distribuição, habitats preferenciais, ameaças e grau de proteção. De posse desses dados são aplicados os critérios que avaliam o risco de desaparecimento de uma espécie em uma escala temporal.

No Brasil, para as últimas revisões das listas de espécies ameaçadas da sua fauna e flora, foram adotados os critérios da IUCN – União Mundial para a Natureza, hierarquizando as espécies em categorias de risco de extinção. Apesar de quando publicadas pelos órgãos oficiais brasileiros, as listas não indicarem a categoria de

ameaça nas quais as espécies foram enquadradas, defende-se que sua publicação relacione para cada espécie sua respectiva categoria de ameaça. Isso porque, em situações onde os recursos, sejam eles financeiros ou humanos, para o investimento em conservação são limitados, as distintas categorias IUCN permitem selecionar as espécies para as quais esses recursos devem ser direcionados prioritariamente.

Além das categorias de ameaça, existe no sistema da IUCN uma categoria que indica as espécies que possuem deficiências de informação. São aquelas espécies que apesar de supostamente em risco, o conhecimento que se tem não permite concluir com segurança se estão ou não ameaçadas. Essa categoria sinaliza para a necessidade de investimento em pesquisas em campo para a avaliação do seu status.

A partir do conhecimento acumulado para a avaliação das espécies, várias análises que determinem a sua conservação podem ser geradas. Entre elas a identificação de áreas a serem protegidas que trarão os melhores custos-benefícios para a conservação da biodiversidade, as pesquisas que devem ser fomentadas em prol da manutenção das espécies, a instalação de conexões entre as áreas de ocorrência das espécies, expandindo sua área de distribuição e promovendo o fluxo gênico entre populações, entre outras.

Dentre os resultados decorrentes da revisão da lista da fauna, onde muitas das questões acima relacionadas foram bastante debatidas, o Ministério do Meio Ambiente criou uma Câmara Técnica sobre as Espécies Ameaçadas de Extinção (Portaria 290 de 22 de novembro de 2004) no âmbito da Comissão Nacional da Biodiversidade para discutir os vários aspectos que envolvem as listas vermelhas, inclusive os legais. A expectativa é que através dessa Câmara defina-se a regularidade das revisões das listas, o reconhecimento das categorias de ameaça internacionalmente adotadas e as recomendações para a recuperação e/ou gestão de espécies ameaçadas, incluindo-se aquelas de importância econômica.

Vale também citar a iniciativa do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, na criação de comitês técnicos de espécies ou grupos de espécies ameaçadas. Formado por especialistas de reconhecida experiência com as espécies em foco, técnicos do governo e instituições conservacionistas, os comitês, através de reuniões periódicas, discutem estratégias conjuntas, planos de ação, resultados de estudos, ações de fiscalização, para o favorecimento de sua conservação.

Enquanto muitas organizações não-governamentais auxiliam o governo na prevenção contra o risco de desaparecimento das espécies, o envolvimento da iniciativa privada ainda é tímido nesse sentido. Parcerias com empresas que se beneficiam da utilização de recursos naturais, buscando inclusive modelos sustentáveis de produção, é um ponto essencial para a conservação dos habitats das espécies ameaçadas. Necessita-se conscientizar a sociedade, mostrando os inúmeros serviços que a biodiversidade presta para a sobrevivência humana.

Outra estratégia seria a criação de um fundo nacional para espécies ameaçadas. Baseado em indicadores de resultados, vários estudos poderiam ser estimulados através de um fundo com essa finalidade. Desde a publicação da lista da brasileira da fauna ameaçada de extinção, a Biodiversitas em parceria com o Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste – CEPAN, com recursos do CEPF – Fundo de Parcerias para Ecossistemas Críticos, coordena um programa de financiamento de pesquisas voltadas para recuperação e o manejo de espécies ameaçadas de extinção da Mata Atlântica. Com 32 projetos em curso e 39 espécies favorecidas, este Programa, único no Brasil, promete apontar medidas específicas para a diminuição dos riscos de extinção a essas espécies.

A conservação de espécies ameaçadas no Brasil só terá efeito através do compromisso dos gestores em implementar políticas ambientais, do envolvimento dos estados e municípios brasileiros no empreendimento de ações locais para as espécies que ocorrem seus territórios políticos, da racionalização do uso dos recursos naturais pelos setores produtivos, da disponibilização do conhecimento acumulado pelas instituições de ensino e pesquisa científica e das mudanças de comportamento da sociedade civil como um todo, através de uma atitude de respeito com o meio onde vive. Só assim, podemos acreditar na reversibilidade da perda de biodiversidade que vários estudos hoje alertam.